

O embate hoje no Brasil não é entre esquerda e direita

26 DEZ 1989

GAZETA MERCANTIL

João Paulo de Almeida Magalhães

Os problemas a serem enfrentados pelo próximo presidente da República são os seguintes:



• Inflação, parada do desenvolvimento (ou insuficiência da taxa global de poupanças) e concentração de renda. Na prática, todavia, o obstáculo a ser enfrentado é um só: o da redistribuição de renda.

A contenção do surto inflacionário exige, na verdade, a eliminação do déficit do orçamento federal e isso significa mais impostos, corte de subsídios, dispensa de funcionários, corte de salários, etc. A elevação da margem de poupanças (exceto na medida em que signifique suspensão do pagamento de juros e amortização da dívida externa) depende, por definição, da queda do consumo interno. Ou seja, não somente no caso da concentração de renda como dos dois outros desequilíbrios, o problema a ser enfrentado é o de redistribuição.

Estabelecido esse ponto, convém raciocinar em termos de Belíndia. Como se sabe, o termo foi criado por um conhecido economista que afirmava ser o Brasil um misto de Bélgica e de Índia. Ou seja, a combinação de um país de pequeno número de habitantes e extremamente rico, com outro, de imensa e miserável massa populacional. O problema a ser enfrentado pelo novo presidente é, em última análise, o de compatibilizar os interesses da Bélgica e da Índia.

Para que isso seja feito de maneira adequada é, todavia, necessário definir previamente esses dois "países". Na interpretação usual, a Bélgica seria constituída pelos brasileiros ricos vivendo em elegantes mansões e usufruindo dos seus luxuosos clubes e iates, no intervalo das freqüentes viagens ao exterior. Quando muito se inclui nesse grupo a alta classe média. A Índia seria representada pela massa trabalhadora do campo e das cidades. Em termos políticos, a Bélgica seria defendida pela direita e a Índia pela esquerda.

Na verdade, porém, a coisa se passa de forma bastante diferente. A Bélgica brasileira é, de fato, constituída pelo setor moderno da economia, que abrange tanto empresas de tecnologia avançada e alta produtividade quanto seus empregados, favorecidos por salários muito acima da média nacional. A Bélgica surgiu porque a tecnologia importada de países desenvolvidos, altamente intensiva de capital, cria setores reduzidos de produtividade muito acima da média nacional. Neles surgem sindicatos fortes e agressivos que exigem salários correspondentes a essa elevada produtividade. Para se ter uma idéia quantitativamente da questão, basta lembrar que 59,5% da população brasileira ganha menos de 2 salários mínimos. No setor moderno da economia (ou na Bélgica), pisos salariais de quatro salários mínimos são co-

mens. Isso coloca mesmo seus membros menos favorecidos entre os 30% da população de maior renda do país.

Por outro lado, a distribuição do produto gerado no setor pode ser, supostamente, apresentada da forma seguinte: governo 20% (tributos), investimentos 20%, dividendos 20% e salários 40%. Os investimentos e participação do governo devem ser considerados intocáveis. Se excluída igualmente a parcela dos trabalhadores, muito pouco vai sobrar para a redistribuição exigida pelos três objetivos fundamentais acima.

O que se pretende não é, obviamente, o massacre do setor moderno. Quando mais não seja porque ele representa o modelo que se pretende estender gradualmente a toda a economia. O necessário é apenas que ele não continue a absorver sob a forma de dividendos pagos e salários o aumento total de produtividade resultante do esforço de desenvolvimento do País. E nem é aceitável que esse setor exija, como vem acontecendo, incrementos reais de salários a título de maior produtividade quando a economia se acha estagnada. Ou que obtenha reajustes salariais logo em seguida repassados aos preços. Tampouco será exequível qualquer política antiinflacionária se exigirem suas remunerações (tanto salariais como preços) de pico em vez de aceitá-las nos seus níveis reais médios.

Ou seja, o que se pede dos trabalhadores (e empresas) da Bélgica é que aceitem os sacrifícios necessários para recuperar a economia nacional renunciando a utilizar seu poderio sindical (ou cartelístico) para transferi-los aos habitantes da Índia. Estes, excessivamente pressionados e na falta de instrumentos pacíficos de defesa, poderão ser levados a recorrer a todo tipo de comportamento anti-social (quebra-quebra de supermercados, de ônibus e trens, etc.).

A dificuldade a ser vencida é que os sindicatos do setor moderno (que não abrangem, segundo o Ministério do Trabalho, mais do que 17% da mão-de-obra total do País) se apresentam como a classe explorada, denunciando como direitistas os que resistem às suas reivindicações. E nisso são apoiados por certa esquerda intelectual e pela Igreja progressista, que falam muito em Belíndia mas raciocinam como se todo o Brasil já fosse uma grande Bélgica; ou como se a CUT e a CGT defendessem todos os brasileiros e não apenas os trabalhadores do setor moderno da economia; ou, ainda, como se suas reivindicações não representassem a monopolização dos ganhos do desenvolvimento que deveriam beneficiar o conjunto da comunidade.

Isto é, o embate hoje no Brasil não é entre a esquerda e a direita, mas entre o setor moderno e o tradicional, ou seja, entre a Índia e a Bélgica, abrangendo esta tanto empresas quanto empregados.

Os resultados das recentes eleições presidenciais evidenciam claramente essa dicotomia. Será lógico apresentar o senhor Fernando Collor, eleito essencialmente pelos setores C,

D e E, como representante da direita, em vez de considerá-lo como o guru de um setor tradicional que, à falta de instrumentos próprios de defesa, vêem numa figura carismática a melhor possibilidade do atendimento aos seus anseios? Não parece óbvio que o senhor Lula é essencialmente um líder classista do setor moderno apoiado no Nordeste por uma Igreja progressista que pensa estarmos todos vivendo na Bélgica? Não estará, no caso de Lula, a ingênua elite intelectual e eclesiástica de Belíndia sendo iludida por um belga fantasiado de índiano?

Em suma, a problemática brasileira não pode ser colocada em termos de esquerda e direita. Enfocando a questão de maneira mais incisiva, parece lícito afirmar que não haverá solução para o país enquanto não se reconhecer que os sindicatos do setor moderno, agressivamente reivindicativos, estão longe de corresponder à imagem que pretendem vender ao público. Isto é, de coitadinhos explorados por um suposto capitalismo selvagem.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor titular de Economia da UFRJ